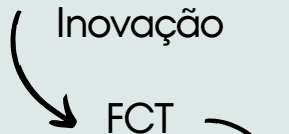


MANIFESTAÇÃO NACIONAL

23 Out
14h30

Ministério da
Educação, Ciência e
Inovação



Assembleia da
República

CONTRA A PRECARIEDADE NA CIÊNCIA



- transportes organizados, contacta os sindicatos da tua região
- pré-aviso de greve emitido

MANIFESTO CONTRA A PRECARIEDADE NA CIÊNCIA PELA INTEGRAÇÃO NAS CARREIRAS

1. Garantir financiamento consistente para o emprego científico de doutorados

Desde 2017, com o Programa de Estímulo ao Emprego Científico, foram financiados com dinheiro público:

- 7025 contratos com doutorados (investigação, desenvolvimento tecnológico, gestão e comunicação de ciência)
- 1431 contratos de bolsa pós-doutoral
- A maioria dos atuais contratos terminarão em menos de um ano

QUEREMOS:

- Garantia de que o dinheiro hoje alocado ao emprego científico continue a financiar emprego de doutorados
- Reconhecimento e continuidade do trabalho científico desenvolvido no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN)

2. Garantir um mecanismo permanente de financiamento para a contratação na carreira de investigação científica

- Recurso quase total à contratação a prazo levou ao esvaziamento da carreira de investigação científica
- Coloca em causa o funcionamento do SCTN
- SCTN é um todo: acesso a contratos permanentes não pode ser restringido, discriminando trabalhadores e instituições
- O FCT tenure não é um mecanismo permanente de integração, não atinge todos os atuais trabalhadores precarizados nem garante o financiamento total dos contratos: note-se que houve 2211 propostas para os 1100 lugares a concurso e essas propostas estão já muito abaixo do números de contratos que terminam

para quê?

- Só assim será possível:
 - Ultrapassar este regime contratual inadequado para o desenvolvimento do SCTN
 - Garantir o lançamento de concursos decorrentes do DL57 e evitar massivos despedimentos precoces, assegurando a equidade com situações similares
 - Fazer face às aposentações que terão lugar nos próximos anos

QUEREMOS:

- Urgente definição de mecanismo permanente e continuado de financiamento da integração na carreira de investigação científica com necessária dotação orçamental em sede de OE
- Imediata definição de garantias de efetivo financiamento dos concursos para a carreira decorrentes do DL57
- Ingresso imediato e progressão de trabalhadores que há décadas garantem o funcionamento do SCTN

3. Revogar o Estatuto do Bolseiro de Investigação e substituir todas as bolsas por contratos de trabalho

- A contratação de investigadores através de bolsas de investigação é uma das principais formas de precarização dos trabalhadores científicos
- O Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) não assegura os mais básicos direitos laborais
- Investigadores não são considerados trabalhadores apesar de produzirem ciência e contribuírem para o SCTN
- Contribuições deficitárias para a Segurança Social com este vínculo

- Bolsas congeladas entre 2002 e 2019: perda de poder de compra superior a 20%
- Atualizações indexadas ao Salário Mínimo insuficientes face à inflação
- Aumento exponencial das bolsas em ambiente não académico:
 - Política científica centrada na criação de valor económico
 - Privilégio da ciência aplicada sobre a ciência fundamental
 - Subversão da proporcionalidade na distribuição de bolsas por painel
 - Alargamento deste vínculo precário a outros sectores

QUEREMOS:

- Revogar o EBI
- Substituir todas as bolsas por contratos de trabalho
- Garantir a consagração de direitos a estes trabalhadores e combater a desproteção absoluta a que o EBI os relega
- Criar mecanismos de compensação para reformas de todos os que trabalham ou trabalharam ao abrigo do EBI
- Atualizar de forma sustentada o valor das bolsas de forma a corresponder ao aumento do custo de vida, com uma atualização extraordinária ainda em 2024
- Reverter o desproporcionado aumento de bolsas em ambiente não académico

4 Integrar permanentemente nas carreiras trabalhadores que desempenham funções técnicas, de gestão de ciência e funções próximas

- O PREVPAP não foi solução
- Grande número de trabalhadores permanecem ao abrigo de vínculos inadequados: contratos a prazo, de bolsa e vínculos pontuais
- Desempenham continuamente, nas mesmas instituições, funções técnicas, de gestão de ciência e outras funções próximas

QUEREMOS:

- Alteração urgente desta situação
- Integração e valorização funcional e salarial dos trabalhadores que exercem funções de carácter permanente

5 Integrar permanentemente nas carreiras docentes convidados

- Proporções injustificáveis de docentes convidados
- Os limites ao número de convidados determinados pelo Estatuto da Carreira Docente nas Universidades e Politécnicos são sistematicamente violados
- Trabalhadores com carga letiva superior à de docentes de carreira
- Contratos que muitas vezes não correspondem à totalidade do ano civil
- Implicações diretas no seu salário e acesso a direitos laborais

QUEREMOS:

- Regularização de vínculos dos falsos docentes convidados
- Integração na respectiva carreira
- Responder ao envelhecimento acelerado e próximas aposentações de muitos docentes permanentes

6 **Pôr fim ao subfinanciamento crónico das Instituições de Ensino Superior e de Ciência**

- OE insuficiente para garantir condições de trabalho e gestão corrente das instituições de ensino superior e ciência: espaços de trabalho; salários; aquisições, recursos materiais; gastos gerais de energia; etc.
- Projeção de investimento em investigação e desenvolvimento = 3% do PIB para 2030, mas o investimento atual não excede os 1,7% do PIB. Média europeia é de 2,6%
- Desresponsabilização dos sucessivos governos pelo sector do ensino superior e ciência
- Imprevisibilidade do financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

QUEREMOS:

- Aumento das transferências do Orçamento do Estado
- Revisão do modelo de funcionamento da FCT, tornando-o mais transparente e previsível
- Inverter a atual “cultura de projeto” para permitir a definição de estratégias científicas de médio e longo prazo
- Valorizar a investigação livre em qualquer domínio científico e não exclusivamente dependente de concursos competitivos

7 **RJIES**

O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES):

- Desresponsabilizou o Estado criando o estatuto fundacional
- Permitiu centralização excessiva da gestão e governança institucional
- Possibilitou a criação de novos tipos de centros de investigação de direito privado
- Subjugou a democracia e a liberdade académicas a mecanismos concorrenciais
- Instrumentalizou o ensino e a produção do conhecimento
- Favoreceu a precarização dos trabalhadores científicos
- Alargou as assimetrias institucionais
- Intensificou mecanismos endogâmicos, problemas de saúde mental e situações de assédio

QUEREMOS:

- Uma gestão colegial, participada e democrática!
- Instituições de Ensino Superior que sejam norteadas pelo bem comum
- A construção de uma academia de ensino e de formação humanística
- Que a reflexão crítica desempenhe um papel central

defende a ciência e os seus trabalhadores!

